

## NOTA DE IMPRENSA

Na Reunião de Câmara de 18 de Setembro 2006, a “Coligação Pela Nossa Terra” apresentou as seguintes propostas de resolução:

### **1- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DO ATERRO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS BANAIS NA FREGUESIA DE OTA.**

Dentro das políticas de “AMBIENTE” (gestão de resíduos e prevenção de poluição - controlar os resíduos industriais) contempladas no Compromisso Eleitoral nas últimas eleições autárquicas apresentado a todos os munícipes, os Vereadores da Coligação pela nossa terra, (Nuno Coelho, Eurico Borlido e Pedro Moreira) apresentaram uma proposta de deliberação de forma a constituir uma comissão municipal de acompanhamento da actividade do aterro de resíduos industriais banais, que visa acompanhar o funcionamento da actividade, e monitorizar as quantidades e qualidades de resíduos depositados neste Aterro. A proposta inicialmente entregue, que contou com o apoio de todas as forças políticas, foi em sessão de câmara analisada e votada por unanimidade, sendo a referida comissão constituída pelos seguintes elementos: 1 representante da Câmara Municipal (Vereador do Pelouro do Ambiente); 1 representante da Junta de Freguesia de Ota; 1 representante da Assembleia de freguesia de Ota; 1 representante da ALAMBI; 1 técnico da Câmara Municipal (Eng.º do Ambiente); 1 representante da Assembleia Municipal e 1 representante da CCDR.

### **2- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO REFERENTE A TAXA SOBRE A COLECTA DO IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS (IRC) – DERRAMA.**

No respeito do Compromisso Eleitoral apresentado aos Alenquerenses como políticas de Desenvolvimento Económico, referentes ao investimento local a Coligação pela nossa terra apresentou em sessão de Câmara uma proposta de Taxa de Derrama, tendo como objectivo dar um verdadeiro impulso ao investimento no concelho, e voto de confiança às empresas já aqui sediadas. Encarando este imposto não como um mero factor de receita camarária, mas sim como um verdadeiro factor de política económica para o desenvolvimento do concelho, de forma a atrair novos investimentos, dinamizar o tecido social e económico, e criar riqueza municipal, a coligação apresentou uma proposta assente em três pilares fundamentais. Primeiro a redução da taxa de derrama em 20%, dos actuais 10% para 8% em todos os casos gerais, segundo pilar, a aplicação de uma taxa de derrama diferenciada abaixo dos 8% a aplicar em territórios a definir de forma a impulsionar o desenvolvimento económico nesses locais, o que permitiria captar para zonas mais interiores do nosso concelho (alto concelho) investimento local contribuindo assim para a criação de mais postos de trabalho, ajudando também a combater a desertificação de certas freguesias do nosso concelho. E por último, a aplicação de uma taxa de derrama também abaixo dos 8% considerando a actividade da empresa, e a sua incidência na formação profissional ou outro factor a considerar. Esta medida visa reconhecer as empresas que através da sua actividade dão um valor acrescido à formação profissional, funcionando como verdadeiras escolas profissionais para os nossos jovens encaminhando-os e apontando-lhes objectivos de vida, inserindo-os no cada vez mais difícil mercado de trabalho.

Esta proposta foi a votação a par da proposta apresentada pelo partido socialista, que apresentava a “velha” taxa de derrama de 10%, a todas as empresas locais, tendo como o único objectivo solucionar a cada vez mais difícil situação financeira da Câmara, uma vez que as perspectivas de receita apresentadas no orçamento para 2006 estão muito longe de vir a ser concretizadas.

Curiosamente cenário que sensivelmente há 1 ano atrás, aquando da discussão do orçamento de 2006, nós perspectivamos e avisamos.

O vereador da CDU defendeu a redução da taxa da derrama, mas na hora da votação absteve-se na votação à proposta apresentada pelo PS, permitindo que tudo continue na mesma, ou seja uma taxa de derrama de 10%, sendo esta proposta aprovada pelo voto de qualidade do Presidente. Quanto à votação da proposta apresentada pela coligação (lembre-se que defendia a redução da derrama), votou contra esta, juntamente com os elementos do partido socialista.

É caso para lembrar também alguns slogans utilizados na campanha eleitoral pelo candidato da CDU (agora vereador): “**Porque temos uma equipa e um programa coerente**”, “**Vote na determinação**”, “**Vote na coerência**”, ou rever algumas promessas: “**...reduzir a derrama em 20% em relação ao estabelecido pela Câmara Municipal de Alenquer**”, “**Incentivar o investimento empresarial relevante, reduzindo a derrama (IRC) em relação ao estabelecido pela CMA de 50% a 100% durante os primeiros 5 anos de laboração**”, e “**Apoiar projectos empresariais que produzam ou utilizem energias renováveis reduzindo a derrama (IRC) em 5% em relação ao estabelecido pela CMA**”

**Aí poder... a que obrigas...**

**PALAVRAS PARA QUÊ! CONTRA FACTOS NÃO HÁ ARGUMENTOS!**

### **3- PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO REFERENTE AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**

Defendendo a importância de uma política municipal justa para os contribuintes Alenquerenses de forma a que não onere de forma substancial a detenção e posse de uma casa no concelho, e porque à semelhança da taxa da derrama (IRC), no nosso entender os impostos municipais não podem ser vistos como meros factores de receita camarária, e **antes devem ser factores primordiais de política económica, e social para o desenvolvimento do concelho**, e no cumprimento do projecto político da coligação pela nossa terra, esta (através dos vereadores Nuno Coelho, Eurico Borlido e Pedro Moreira) apresentou a votação uma proposta de deliberação com o objectivo de redução do imposto municipal sobre imóveis da taxa máxima praticada de 0,8% e 0,5%, consoante os casos. A proposta contemplava uma **redução no IMI de 0,8% para 0,6%** nos prédios ainda não avaliados, **de 0,5% para 0,4%** nos prédios avaliados segundo o CIMI, **a minoração à taxa de IMI de 30% para combater a desertificação em algumas freguesias** do nosso concelho (como exemplo Vila Verde dos Francos ou Pereiro de Palhacana), permitindo que estas tivessem um nível de desenvolvimento idêntico ao restante concelho, e para **impulsionar a reabilitação urbana em locais a considerar de interesse municipal**, como por exemplo a Vila de Alenquer, Aldeia Galega da Merceana ou Aldeia Gavinha, de forma a permitir a recuperação um vastíssimo património edificado,

mantendo assim a nossa própria identidade e a nossa história. A proposta contemplava para além destes pontos, também uma **minoração à taxa de IMI de 20% de forma a permitir um verdadeiro fomento ao arrendamento**, criando condições para que jovens casais ainda sem possibilidade de adquirir habitação pudessem usufruir de rendas mais baixas no seu início de vida. Como último ponto da proposta apresentava-se a intenção de **majorar a taxa de IMI em 30% com o único objectivo de garantir a conservação e manutenção de prédios urbanos**, penalizando os proprietários de prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

A proposta apresentada pelo PS, também à semelhança da proposta da derrama, **considerava a manutenção das taxas máximas de 0,8 e 0,5 já em vigor**, sem mais nenhuma referência a casos específicos de aplicação deste imposto, justificada pelos motivos já conhecidos. A cada vez mais difícil situação financeira da Câmara, uma vez que as perspectivas de receita apresentadas no orçamento para 2006 estão muito longe de vir a ser concretizadas.

Após a apresentação, análise e discussão das duas propostas (Coligação pela nossa terra e Partido Socialista), o vereador da CDU disse que também concordava com a redução da taxa de IMI, não se ouvindo mais qualquer palavra sobre este assunto, durante toda a discussão das propostas, como esperando pelo que poderia dali surgir, de forma a perceber como poderia votar sem beliscar os seus interesses (manter-se no poder).

Depois de alguns acertos à proposta apresentada pela coligação pela nossa terra, feitos pelos vereadores Nuno Coelho, Eurico Borlido e Pedro Moreira, e pelo partido socialista definiu-se uma proposta conjunta que foi votada por unanimidade, para alívio do vereador Catarino...

Deste modo os munícipes do concelho vão ter uma taxa de IMI com redução, assim para **os prédios urbanos ainda não avaliados passaram dos actuais 0,8% para 0,7%**, para os **prédios urbanos avaliados segundo o CIMI passaram dos actuais 0,5% para 0,45%**, sendo também considerado a **minoração em 30% a esta taxa de forma a impulsionar a reabilitação urbana na Vila de Alenquer**, e a **majoração de 30% a esta taxa de forma a garantir a conservação e manutenção dos prédios urbanos na Vila de Alenquer**.

Não consideramos de forma alguma esta medida como uma vitória, é sim um primeiro passo para a mudança pretendida, e por nós, coligação, ambicionada, no cumprimento de políticas que respondam aos verdadeiros anseios, desejos e expectativas de todos os munícipes. Soubemos e pensaremos primeiro em todos e nunca em qualquer protagonismo pessoal de política demagógica, sem coerência ou determinação.

(ver propostas em anexo)

Alenquer, 19 de Setembro de 2006